



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

LEI DOS 15 MINUTOS **Jornal da Cidade - 20/05/2015**

MP ajuíza ação contra agências bancárias

O Ministério Público Estadual e o Procon Municipal voltaram a discutir o cumprimento da Lei dos 15 Minutos nas agências bancárias da capital sergipana. Durante audiência pública realizada na manhã de ontem, a promotora de Justiça de Defesa do Consumidor, Euza Missano, anunciou a instauração de uma ação civil pública contra o Banco do Estado de Sergipe (Banese) devido ao não cumprimento da lei. Outros dois bancos, o Itaú e o Bradesco, também foram acionados pelo mesmo descumprimento e outros itens no atendimento ao público.

A promotora explicou que mesmo tendo pactuado com o

Ministério Público foi constatada durante uma fiscalização do Procon que sete agências do Banese na capital descumpriam a lei. Sendo assim, o MPE entrou com uma ação pedindo o cumprimento da lei. Pedese uma multa de R\$ 5 mil na hipótese de descumprimento.

“O Ministério Público tem desenvolvido junto com o Procon uma série de fiscalizações em face das instituições bancárias por denúncias repetidas dos consumidores em desrespeito à Lei dos 15 Minutos. São pessoas que ficam por horas esperando para serem atendidas nas instituições bancárias”, disse Euza Missano.

Segundo ela, procedimen-

tos foram instaurados em face do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Banese. Com relação ao Banco do Brasil foi feito um termo de ajustamento de conduta que vem sendo cumprindo e foi constatado pelo sistema de fiscalização empreendido pelo Procon. Com relação ao Itaú, foi ajuizada uma ação civil pública pedindo o cumprimento da Lei dos 15 Minutos, além de outros itens, como assento para a população e redimensionamento dos instrumentos emissores de senha, para ficar em lugar mais visível.

Procon

O coordenador do Procon Municipal, Nubem

Bomfim, informou que o descumprimento da lei era notório nos dias de maior movimentação, como feriados e pós-feriados e pagamentos de salários. “Tinha consumidores que ficavam quase duas horas e 40 minutos esperando. Notificamos os bancos, fizemos um relatório minucioso com os dados dos consumidores. Então o MPE adotou uma medida mais enérgica que é ingressando com uma ação civil pública para que os bancos voltem a respeitar a lei”, afirmou.

Bomfim orientou que o consumidor deve guardar a senha e pedir que seja autenticada quando ele for atendido e se dirigir ao Procon.